PAC Cidades Históricas

Formulação e Implementação

Brasília, agosto de 2014

IPHAN

Ministério do Planejamento

Objetivos

- Requalificar o Patrimônio Cultural Brasileiro

- Tornar o patrimônio cultural eixo indutor e estruturante na geração de renda, de novos empregos, de agregação social e afirmação identitária das cidades protegidas, utilizando-se de seu potencial econômico e simbólico

- Contribuir para o ordenamento e o planejamento urbano das cidades brasileiras sob proteção federal

O desafio é compartilhar e integrar

- Superar a atuação fragmentada entre os diferentes níveis de governo e a sociedade de forma a constituir planejamento e implementação pactuados visando a otimização das ações e dos recursos.

- Estabelecer estratégias de preservação do patrimônio cultural brasileiro aliadas ao desenvolvimento social, econômico e urbano.

- Reposicionar o patrimônio cultural na agenda estratégica de todos os níveis de governo e da sociedade – garantir sua presença no cotidiano.

Antecedentes

- Em maio de 2009 o IPHAN lançou chamada pública para a elaboração conjunta de Planos de Ação, dirigida a 188 municípios nas seguintes situações:

  - com **sítios e conjuntos urbanos tombados** em nível federal,
  - com **bens registrados** como patrimônio imaterial, e
  - com **sítios e conjuntos urbanos em processo de tombamento** em nível federal.

- Essa ação viabilizou um **planejamento integrado** no âmbito do Patrimônio Cultural, compartilhado entre Municípios, Estados, União e sociedade.

- **140 municípios** concluíram o processo de planejamento e apresentaram seus planos de ação (2009 – 2012).

Planos de Ação

- O Plano de Ação é um instrumento de planejamento integrado para a gestão do patrimônio cultural, com enfoque territorial .

- Enfrentar as questões estruturantes das cidades por meio de estratégias de preservação do patrimônio cultural voltadas para o desenvolvimento social e econômico.

- O Plano de Ação deve definir objetivos, ações e metas pactuados para orientar a atuação integrada e intersetorial do poder público, em suas diferentes instâncias, setor privado e sociedade civil organizada.

Diretrizes

- Considerar todo o território municipal para suas análises, não se restringindo ao perímetro protegido ou ao conjunto de bens tombados;
- Efetuar uma leitura global da cidade, considerando seus problemas e seus desafios no tocante à preservação, urbanização, desenvolvimento social e dinâmica econômica;
- Patrimônio cultural deve ser o eixo central das diretrizes e ações a serem propostas;
- Garantir a participação social e buscar o comprometimento dos entes que atuam no território;
- Considerar, dialogar e propor soluções capazes de integrar as políticas públicas, e integrar-se com os planos e os programas elaborados em nível local, regional, estadual e federal (Lei Orgânica; Plano Plurianual - PPA; Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; Orçamento Participativo; Planos setoriais; Plano Diretor);
- Definir prioridades, metas, agentes responsáveis e prazos de forma objetiva e factível.

Áreas de Atuação

1 Requalificação urbanística

2 Infraestrutura urbana e social

3 Financiamento para a recuperação de imóveis privados

4 Recuperação de monumentos e imóveis públicos

5 Fomento às cadeias produtivas locais

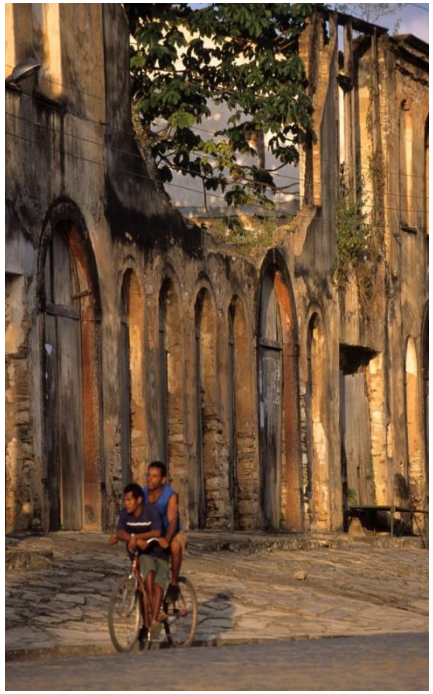
6 Promoção do Patrimônio Cultural

Requalificação Urbanística
Corumbá | MS

IPHAN

Ministério do Planejamento

Requalificação Urbanística
Universidade Federal do Sergipe – Laranjeiras | SE



IPHAN

Ministério do Planejamento

Recuperação de imóveis privados

Cachoeira | BA

Porto Alegre | RS

Natividade | TO

Belém | PA

Lençóis | BA

Penedo | AL

IPHAN

Ministério do Planejamento

Planos elaborados

- 140 cidades
- em 22 unidades da federação
- 4.386 ações
- R$ 8 bilhões

IPHAN

Ministério do Planejamento

Fórum locais e regionais de acompanhamento

- Implementação de forma compartilhada (recursos) + Monitoranento e Avaliação

Fóruns Nacionais

- Definição de diretrizes e prioridades comuns (Atuação coordenada)

Superintendências + Estados + Municípios + Sociedade

- Informações | Diagnóstico
- Proposta de Planejamento médio prazo

- Planos de Ação

Implementação

- Assinatura dos APPCs
- Execução de ações

IPHAN

Ministério do Planejamento

Desafios

- **Falta de capacidade institucional**
  - Inexistência de técnicos e estrutura suficiente
  - Baixa importância estratégica para alguns municipios
- **Planejamento factível**
  - Conseguir equilibrar anseios e possibilidades
  - Garantir ações que criem sustentação de uma política a longo prazo
- **Ausência de acompanhamento sistemático**
  - Criação dos Comitês Estaduais

Processo Seletivo

- **Fev/2013** - IPHAN lança **chamada pública** para a apresentação de propostas para 44 localidades, sendo estas selecionadas por:

  - possuírem bens inscritos na **Lista do Patrimônio Mundial**, ou
  - possuírem **condição de urgência** na salvaguarda de seu patrimônio

- Fev – Mar/2013 - realiza reuniões técnicas com todos os proponentes para enquadramento das propostas apresentadas.

- Mar – Jul/2013 - propostas passam pelas análises do **Grupo Executivo do PAC** (MPOG) e do **Comitê Gestor do PAC** (Presidência da República, Casa Civil, MPOG, STN e MinC).

- Ago/2013 – Anúncio da seleção pela Presidenta da República e edição, pelo IPHAN, da **Portaria 383 de 20/08/2013**, com o resultado final:
  425 ações (projetos+obras) em edificações e espaços públicos.

PAC Cidades Históricas

PAC 2 – Eixo Cidade Melhor

- R$ 1,9 bilhão disponibilizado
  - R$ 1,6 bilhão – Obras em espaços e imóveis de uso público
  - R$ 300 milhões – Financiamento de Imóveis Privados
- 425 ações em 44 cidades de 20 estados
- Apoio a Projeto + Obras em imóveis e espaços púbicos

IPHAN

Ministério do Planejamento

Formas de execução

- Execução direta – IPHAN
- Execução indireta – Termo de Compromisso (Municípios e Estados) Imóveis de uso público –
- Execução indireta – Termo de Compromisso via CAIXA (Municípios e Estados) espaços públicos

- Informações disponibilizadas portal do IPHAN e do PAC

www.iphan.gov.br **Minutas e documentos de referência**

www.pac.gov.br **Relatório de execução**

Financiamento de imóveis privados

- Linha de Crédito – R$ 300 milhões
  - Encargos ao tomador TJLP + 1%
  - Fonte União - CAIXA
  - 25 anos para amortização
  - Carência 1 ano após conclusão da obra

- Universo – 105 cidades
  - Cidades tombadas com perímetro de tombamento delimitado por portaria do Iphan

Situação atual

Selecionado

R$ 1,64 bi – 424 ações

Em análise

R$ 297,99 mi – 18,2%

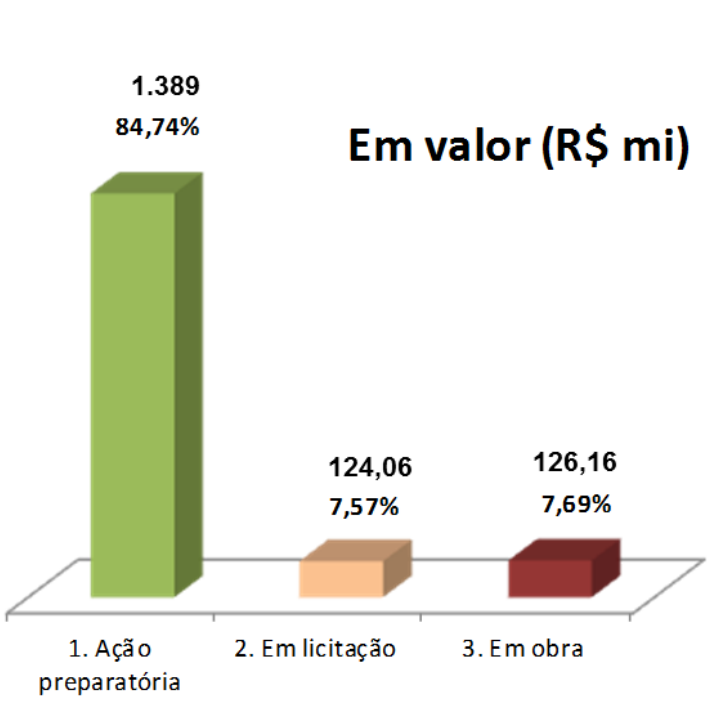
Em contratação

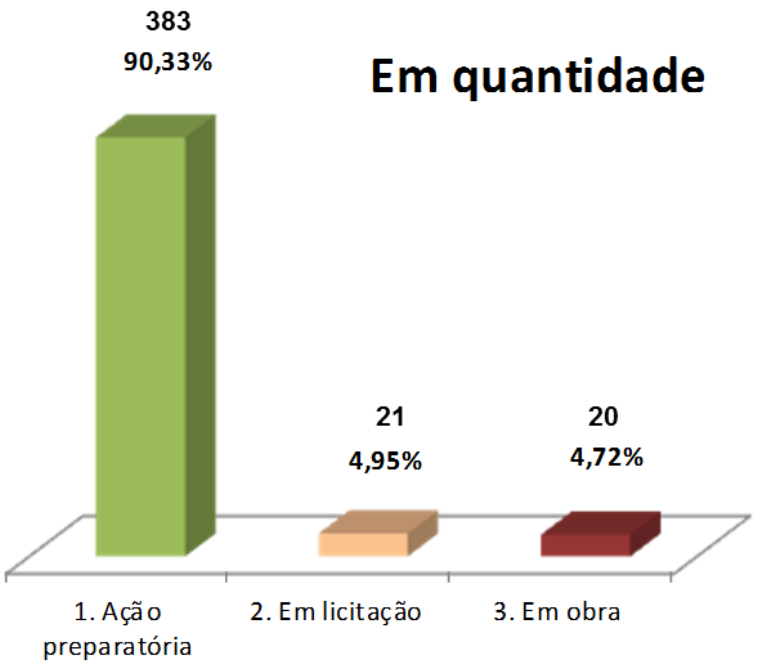
R$ 363,27 mi – 22,2%

Contratado

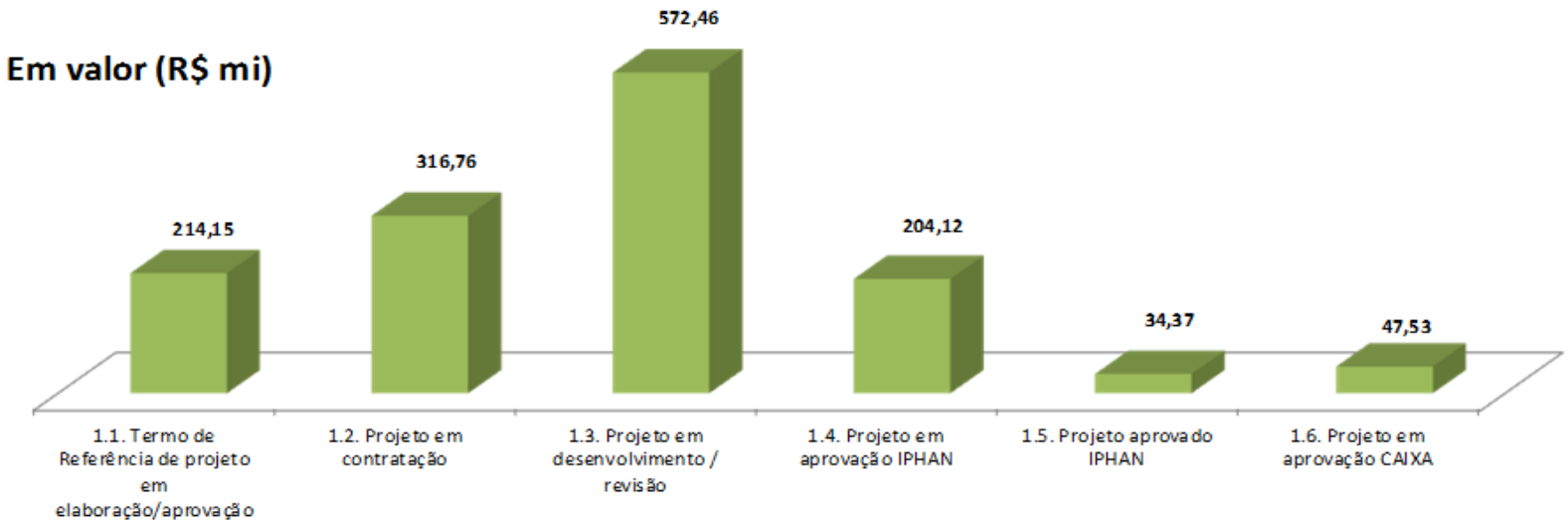
R$ 628,82 mi – 38,4%

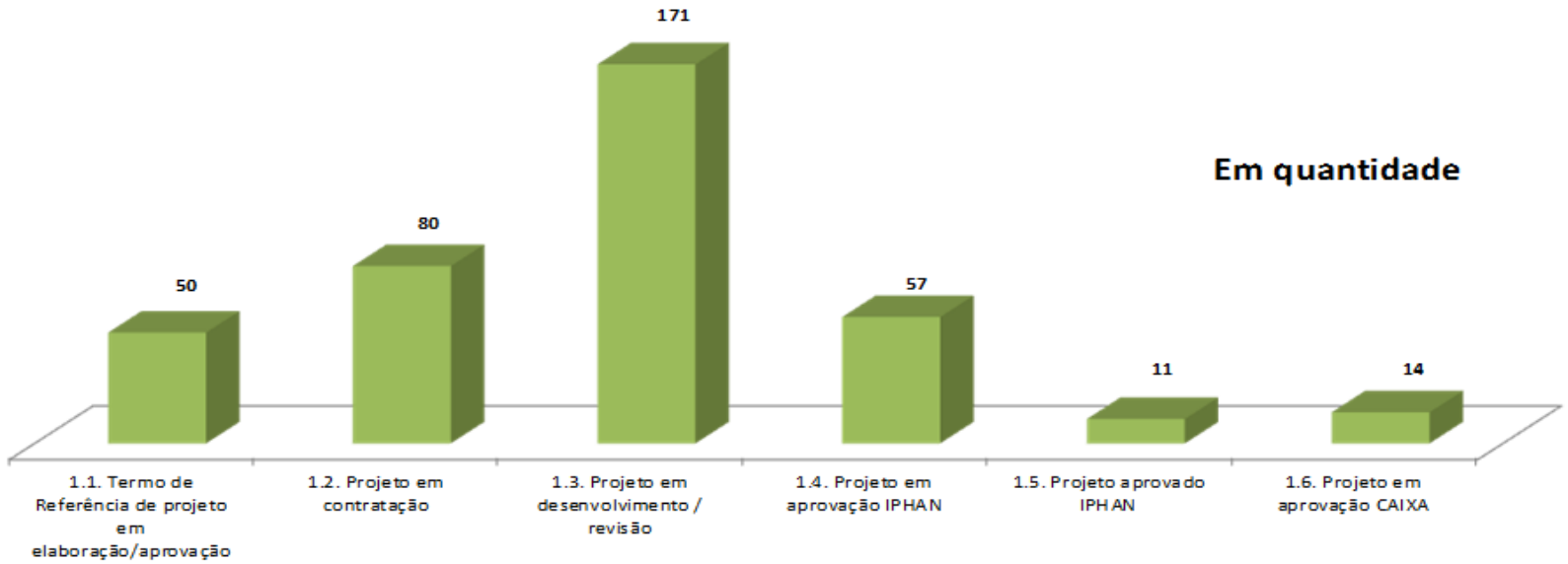
Situação - estágios





1. Ação preparatória





IPHAN

Ministério do **Planejamento**

Dicas & Truques

- Acompanhar, cobrar, fazer
- Programa: fim determinado, ritmo acelerado
- Disponibilidade da equipe: facilitadores
- Relação direta (formal/informal) - confiança

EXPEDIENTE

Presidenta da República
Dilma Rousseff

Ministra de Estado da Cultura
Marta Suplicy

Presidenta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Jurema de Sousa Machado

Diretoria do IPHAN
Andrey Rosenthal Schlee
Célia Maria Corsino
Luiz Philippe Peres Torelly
Marcos José Silva Rêgo
Robson Antônio de Almeida

Diretoria do PAC Cidades Históricas
Robson Antônio de Almeida (diretor)
David Medeiros Rosa de Melo
Domingos Sávio Afonso
Edimar de Oliveira
Gabriela Santos Brascher Basílio
Janaína Guimarães Barra
Jaqueline Duarte Santos
Marco Aurélio da Silva Máximo
Maria Amélia de Mello Galvão
Marilene Antunes Lopes
Maurício Guimarães Goulart
Melissa Santos Silva
Milena dos Santos Silveira
Nadja Pereira Jucá
Nathália Pessoa de Oliveira
Paulo Rogério Ferreira Campos
Pilar Pinheiro Sanches
Sylvio Carneiro de Farias
Tiago Luís Bellon
Veruska Craveiro Moreira

OBRIGADO!

Diretoria do
PAC Cidades Históricas | IPHAN
61 2024.6160 | 2024.6165
pac.ch@iphan.gov.br

Robson Antônio de Almeida
Diretor
robson.almeida@iphan.gov.br

Material de apoio disponível em
www.iphan.gov.br
PAC 2 Cidades Históricas

IPHAN

Ministério do Planejamento